



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1095/2002

“Disciplina a propriedade, posse, transporte e guarda de cães perigosos e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei disciplina a propriedade, posse, transporte e guarda de cães perigosos.

Art. 2º - É livre, nos limites do município, a criação e reprodução de cães de quaisquer raças.

Art. 3º - Os cães de qualquer origem, raça e idade deverão ser vacinados anualmente contra raiva, por pessoa treinada, sob a supervisão de médico veterinário a serviço da Vigilância Sanitária Municipal.

Parágrafo único. – O supervisor, expedirá imediatamente após a realização da vacina o respectivo atestado, que deverá conter:

- a) dados identificadores do animal,
- b) dados identificadores do proprietário/responsável do animal;
- c) dados sobre a vacina, inclusive: data e local em que foi processada, sua origem, nome do fabricante, número de partida, validade, dose e via de aplicação.

Art. 4º - Por ocasião da vacinação o médico veterinário realizará avaliação comportamental do animal, declarando seu grau de periculosidade, nos termos das normas de procedimento médico-veterinário estabelecidas pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária, ou órgão que o suceda.

Art. 5º - O cão, de qualquer raça, que for considerado perigoso na avaliação comportamental estará sujeito às seguintes medidas:

- a) realização de adestramento adequado, obrigatório;
- b) condução em locais públicos ou veículos apenas com a utilização de equipamento de contenção, como guias curtas, coleira com enforcador, focinheiras, caixas especiais para transporte e uso de tranquilizantes, quando necessário;
- c) guarda em condições adequadas à contenção do animal, sob estrita vigilância do responsável, de modo a tornar impossível a evasão;
- d) identificação na forma estabelecida na legislação federal;

§ 1º -: considerado perigoso nos termos do caput deste artigo, o registro de propriedade somente poderá ser efetivado à pessoas com mais de vinte e um anos de



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

idade, que não possuam antecedentes criminais e ainda apresentar condições físicas e psíquica adequada para a condução do animal em logradouros públicos.

Art. 6º - Nos locais em que for necessária, haverá, exposta em local visível, placa de advertência da presença de animal feroz.

§ 2º - Os cães ref. no caput deste artigo, em circulação nos logradouros públicos deverão estar licenciados, em condições de sanidade e ter certificado de adestramento.-

Art. 7º - Havendo parecer pela impossibilidade de manutenção do cão no convívio social sem risco para outras pessoas, o veterinário poderá emitir parecer recomendando o sacrifício do cão agressor, a ser realizado também por médico veterinário, após a devida sedação.

Parágrafo único: O parecer pela eliminação do animal também poderá ser dado se houver reincidência em agressão ou sua comprovada habitualidade.

Art. 8º - A medida determinada no art. 7º e seu parágrafo somente será executada após quinze dias da notificação do proprietário/responsável do cão do conteúdo do parecer, que em não concordando com o mesmo deverá submeter a questão ao juizado especial cível em ação própria.

Art. 8º - É vedada a veiculação, por qualquer meio, de propagandas, anúncios ou textos que realcem a ferocidade de cães de quaisquer raças, bem como a associação dessas raças com imagens de violência.

DAS PENALIDADES

Art. 9º - Além da responsabilização penal prevista na legislação federal, o infrator às normas estampadas nesta lei estão sujeitos às penalidades que se seguem:

Art. 10 – Deixar de comunicar a propriedade, posse e guarda de cães pitbull, rottweiler, bullterrier, fila brasileiro e dobermann e todos outros considerados potencialmente perigosos, ao Serviço Municipal de Vigilância Sanitária para a realização do respectivo cadastro;

MULTA DE 200 URM (Unidade de Referência Municipal)

Art. 11 – Deixar de promover a vacinação anti-rábica sob supervisão do Serviço de Vigilância Sanitária, nos cães de qualquer origem, raça e idade, na forma determinada nesta lei;

MULTA DE 200 À 2000 URM



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 12 – Deixar de cumprir as determinações especificadas nesta lei quando o cão, de qualquer raça, for considerado perigoso na avaliação comportamental;

MULTA DE 250 À 2500 URM

Art. 13 – A pena de multa será aplicada cumulativamente em caso de mais de uma infração e em dobro no caso de reincidência.

Art. 14 – Conduzir cão considerado perigoso nos termos do caput do art. 5º sem que esteja com o certificado de propriedade e em desconformidade com a determinação do parágrafo primeiro do art. 5º desta lei.

MULTA DE 300 À 3000 URM

Art. 14 - Os cães em circulação nos logradouros públicos sem estar devidamente licenciados, desacompanhados de seus proprietários ou desconforme as normas de segurança estabelecidas nesta lei, serão recolhidos em local próprio e somente serão liberados após a regularização da situação dos mesmos e pagamento das multas pelo proprietário.

Art. 15 – O cão apreendido e não procurado pelo proprietário no prazo de 15 dias será sacrificado por médico veterinário após a devida sedação.

Art. 16 - Os valores arrecadados através do recebimento de multas, referentes à presente Lei serão destinados 50% (cinquenta por cento) para a APAE e 50% (cinquenta por cento) para a Obra Social São Judas Tadeu.

Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E DOIS. (27-12-2002)

Ver. WALDIR AMBRÓSIO DA TRINDADE

Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 31-12-2002, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA